



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GETÚLIO VARGAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
Rua Tomás de Vila Nova, número 300 - Bairro Centro
Manaus-AM, CEP 69020-545
- <https://hugv-ufam.hubrasil.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23531.000111/2026-61

TERMO DE REFERÊNCIA AQUISIÇÃO DE BENS

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material de consumo (**gases medicinais**) com fornecimento ininterrupto através de equipamento em regime de comodato, incluindo a instalação, manutenção corretiva e preventiva com reposição de peças do equipamento cedido em comodato e eventual troca do equipamento, para atender as necessidades do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV) e Ambulatório Araújo Lima (AAL), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, mediante Registro de Preços com validade de 12 (doze) meses, de acordo com Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizado pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC).

1.1.1.

Item	Código EBSERH	CATMAT	Cód Sistema de Estoque (AGHU)	Descritivo EBSERH	Apresentação	Quantidade
01	EBF02472	479021	402491	Oxigênio medicinal criogênico	Tanque criogênico/M ³	130.000 m ³
02	EBF02470	433103	69370	Oxigênio medicinal gasoso	Cilindros de 7,0 a 10,0m ³	3.900 m ³
03	EBF02457	429470	69205	Nitrogênio gás com 99,8% de pureza	Cilindros com capacidade de 9m ³	1.728 m ³
04	EBF02454	376255	129089	Nitrogênio líquido com 99,5% de pureza	Cilindro de 14m ³	280 m ³
05	EBF02471	433103	137090	Oxigênio medicinal gasoso para transferência de pacientes	Cilindros de 1,00 a 4,00m ³	650 m ³
06	EBF02447	366166	402493	Dióxido de carbono medicinal	Cilindros de 2,0 a 35,0kg	1.274 Kg

1.1.2. Tanques de armazenamento e cilindros que serão fornecidos em regime de comodato:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND. DE MEDIDA	QUANT/ANO	VOLUME / CAPACIDADE
1	Tanque para armazenamento de oxigênio medicinal criogênico	M ³	1	A definir em conjunto com a contratada
2	Cilindro de oxigênio medicinal para suprimento reserva (sem custo ao Contratante)	M ³	A definir em conjunto com a contratada *	7,00 a 10,00
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UND. DE MEDIDA	QUANT/ANO	VOLUME / CAPACIDADE
3	Cilindro de nitrogênio gasoso	M ³	22	9
4	Cilindro de oxigênio medicinal para transferência de pacientes	M ³	60	1,00 a 4,00
5	Cilindro de oxigênio medicinal com revestimento de alumínio para uso na ressonância magnética	M ³	3	1,00 a 4,00
6	Cilindro de dióxido de carbono medicinal	KG	22	2,00 a 35,00

* A central reserva terá no mínimo 2 cilindros conforme RDC 50 e ambos dimensionados de acordo com o fator de utilização proposto e a frequência de fornecimento pela contratada.

1.2. O fornecimento dos gases medicinais comprimidos e liquefeitos em cilindros se dará por meio da cessão gratuita dos cilindros de armazenamento da CONTRATADA e/ou pelo abastecimento de cilindros do próprio HUGV;

1.3. O fornecimento de gases medicinais comprimidos e liquefeitos contempla a retirada dos cilindros vazios, cedidos e próprios; a entrega dos cilindros abastecidos, cedidos e próprios, e as respectivas manutenções preventivas e corretivas;

1.4. O fornecimento dos gases medicinais deverá obedecer ao cronograma, aos procedimentos e aos horários estabelecidos pelo HUGV, assegurando o fornecimento ininterrupto dos gases medicinais;

1.5. As manutenções preventivas e corretivas das centrais de suprimento de gases medicinais deverão ser realizadas em conformidade às prescrições dos fabricantes dos equipamentos, bem como às legislações e normas técnicas aplicáveis, sem custos adicionais à Administração;

1.6. As atividades de manutenção preventiva mínimas que devem ser executadas estão presentes neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição justifica-se devido à necessidade de administração dos gases medicinais para tratamento e prevenção de doenças em pacientes internados no HUGV, para fins de diagnóstico médico ou para restaurar, corrigir ou modificar funções fisiológicas, constituindo elementos essenciais e indispensáveis para atendimento aos pacientes, razão pela qual o Hospital Universitário Getúlio Vargas não pode abster-se. Os gases medicinais reagrupam o conjunto dos gases utilizados para a saúde dos pacientes, exercem uma ação terapêutica e um papel indireto no tratamento, como é o caso dos gases utilizados nas Clínicas, Centro Cirúrgico e CTI.

2.2. A modalidade comodato propicia a utilização de equipamentos de última geração, respectivas atualizações, bem como o acompanhamento constante das mudanças de metodologias, avanços tecnológicos, assistência técnico-científica 24 horas, substituição de peças e de equipamentos, quando necessário, sem custos adicionais para o Hospital Universitário Getúlio Vargas. Adquirindo-se os serviços/equipamentos através de contrato de comodato, garante-se o atendimento ininterrupto das manutenções corretivas e preventivas, possibilitando assim o perfeito funcionamento dos equipamentos e, consequentemente, garante-se o imediato atendimento aos usuários do HUGV.

2.3. Não obstante, a utilização de registro de preços é mais conveniente para a organização, pois permite contratações futuras, com previsão de entregas parceladas, levando em consideração à frequência das aquisições, médias de consumo e à dificuldade em se definir previamente o quantitativo a ser demandado, estando em conformidade com o artigo 3º do Decreto 11.462/2023.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS)

3.1. Os gases medicinais criogênicos e os gases medicinais comprimidos e liquefeitos a serem fornecidos devem ter as especificações técnicas em explícita conformidade com a qualidade preconizada em compêndios oficiais reconhecidos pela ANVISA, de acordo com a [RDC nº 658 de 29/03/2022](#), [RDC nº 69 de 01/10/2008](#) e [IN nº 129 de 29/03/2022](#) (Dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação complementares a Gases Substâncias Ativas e Gases Medicinalis), com as seguintes especificações técnicas, quanto às suas características, as quais deverão ser rigorosamente atendidas, conforme relacionado a seguir:

• OXIGÊNIO MEDICINAL

- Grau de pureza mínima de 99,0%;

- Símbolo O₂;

- Características físico-químicas:

- inodoro;
- insípido;
- não inflamável;
- comburente;
- peso molecular = 31,9988;
- utilizado para fins medicinais, conforme indicações terapêuticas.

- DIÓXIDO DE CARBONO MEDICINAL

- Grau de pureza mínima de 99,993%;

- Símbolo CO₂;

- Características físico-químicas:

- gás liquefeito;

- incolor;

- inodoro;

- peso molecular = 44,01;

- ponto de sublimação= -78,5°C;

- densidade= 1,833kg/m³

- NITROGÊNIO GASOSO

- Grau de pureza mínima de 99,8%;

- Símbolo N₂;

- Características físico-químicas:

- incolor;

- insípido;

- inodoro;

- não inflamável;

- peso molecular = 28,0;

- NITROGÊNIO LÍQUIDO

- Grau de pureza mínima de 99,5%;

- Símbolo N₂;

- Características físico-químicas:

- incolor;

- inodoro;

- não inflamável;

- peso molecular = 28,0;

3.2. O fornecimento de gases medicinais criogênicos deve obedecer aos seguintes requisitos técnicos:

3.2.1. Compete à CONTRATADA, para o fornecimento de gases medicinais criogênicos, instalação e manutenção dos tanques estacionários criogênicos, vaporizadores e acessórios nos locais indicados pelo HUGV e suas interligações às redes existentes no local.

3.2.2. A instalação do tanque criogênico deverá seguir ao preconizado na Resolução RCD n° 50/2002 e suas atualizações, ABNT NBR 12188:2016, e demais legislações e normas técnicas aplicáveis.

3.2.3. O tanque criogênico ficará à disposição do HUGV durante a vigência do contrato. Caso haja aumento da demanda, a CONTRATADA obriga-se a substituir o tanque por modelo de maior capacidade, de modo que seja mantido o fornecimento ininterrupto do produto.

3.2.4. O oxigênio deverá ser fornecido através do sistema criogênico, seguindo a Resolução RDC n° 50/2002 e suas atualizações, ABNT NBR 12188:2016 e demais legislações e normas técnicas aplicáveis.

3.2.5. A central de suprimento com tanque criogênico estacionário de oxigênio deve ter suprimento primário e reserva, conforme esquema de instalação definido na ABNT NBR 12188:2016. A central deve ser composta por:

3.2.6. Tanque criogênico estacionário, responsável pelo acondicionamento do produto na forma líquida a baixíssima temperatura (-183°C). Esse tanque deve ter a capacidade mínima de 20,00m³ e possuir casco interno em aço inox, sistema de isolamento térmico, casco protetor externo em aço carbono, válvulas de segurança (alívio), válvulas redutoras de pressão e sistema de válvulas que garantam o funcionamento automático do equipamento;

3.2.7. Vaporizador atmosférico responsável pela gaseificação do produto até a temperatura ambiente;

3.2.8. Central de cilindros de oxigênio reserva (9 + 9 cilindros) do HUGV;

3.2.9. Central de cilindros de oxigênio reserva (3 + 3 cilindros) do AAL.

3.2.10. Tubulação necessária para montagem desta central de oxigênio, executada em tubos de aço inox ou de cobre.

3.2.11. O tanque criogênico estacionário de oxigênio e demais equipamentos necessários ao perfeito funcionamento do suprimento de oxigênio serão fornecidos para o HUGV em regime de comodato, de acordo com as necessidades de consumo das Unidades/Setores.

3.2.12. A CONTRATADA ficará responsável pelas centrais de suprimento reserva de oxigênio, efetuando sua instalação, manutenção preventiva e corretiva e o reabastecimento da mesma quando necessário.

3.2.13. O fornecimento de gases medicinais comprimidos e liquefeitos em cilindros dar-se-á por meio de cilindros de aço de alta pressão, cujas capacidades são padronizadas, nas quantidades relacionadas no item 1.1.

3.2.14. Compete à CONTRATADA a instalação no recinto, de válvulas reguladoras de pressão e manômetros e outras válvulas que fazem parte da central; devem ser construídos com materiais adequados ao tipo de gás com o qual irão trabalhar e instalados de forma a resistir às pressões específicas em locais indicados pelo HUGV, e suas interligações às redes existentes no local.

3.2.15. A instalação e construção dos cilindros deverá seguir ao preconizado na Resolução – RDC n° 50/2002 e suas atualizações, ABNT NBR 12188:2016 e demais legislações e normas técnicas aplicáveis.

3.2.16. Será de responsabilidade da CONTRATADA fazer os testes de funcionalidade do sistema trimestralmente, de acordo com a ABNT NBR 12188:2016, para a verificação das centrais reservas. Também deverão ser revisados, na mesma periodicidade os painéis de alarme. Para estes testes, caso haja consumo da bateria de reserva, tanto de ar medicinal como de oxigênio, este ônus será de responsabilidade total da CONTRATADA.

DA INSTALAÇÃO DOS TANQUES E CILINDROS

3.3. O fornecimento de gases medicinais comprimidos e liquefeitos em cilindros, incluindo a interligação com a rede canalizada, deve ser realizado, exclusivamente pela CONTRATADA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da data de assinatura do contrato.

3.4. A instalação dos tanques criogênicos, incluindo a interligação com a rede canalizada será realizada, exclusivamente pela CONTRATADA, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da data de assinatura do contrato.

3.5. Os equipamentos (cilindros e tanques) cedidos em comodato somente serão considerados entregues após a instalação e realização de testes necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos.

3.6. A CONTRATADA deve atender a todas as medidas de segurança aplicáveis à instalação dos equipamentos, bem como quanto à localização e condições do ambiente da instalação de tais equipamentos, em conformidade com a Resolução – RDC n° 50/2002 e suas atualizações e ABNT NBR 12.188:2016.

3.7. Os profissionais envolvidos na instalação devem ser devidamente qualificados, estando subordinados a um Responsável Técnico da CONTRATADA, devidamente registrado no CONFEA/CREA.

3.8. Todos os equipamentos e ferramentas necessários à instalação dos equipamentos deverão ser fornecidos pela a CONTRATADA e a instalação deverá ser realizada pela mesma por meio de profissionais técnicos qualificados.

3.9. O transporte dos cilindros deve ser realizado em veículos de maneira que não possam se deslocar, cair ou tombar.

3.10. Os cilindros contendo produtos de naturezas diferentes devem ser separados segundo os respectivos símbolos de risco. Durante as operações de descarregamento, os volumes devem ser manuseados com o máximo cuidado pertinente a atividade realizada.

3.11. Juntamente com a entrega e a instalação dos equipamentos, a CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE toda a documentação técnica e de segurança, fornecer orientação quanto às regras de guarda e exibição desses documentos.

3.12. Todo o procedimento de instalação será acompanhado pela equipe do CONTRATANTE.

DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

3.13. Em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa nº 01/2010/SLTI/MPOG, as licitantes deverão ofertar preferencialmente produtos que sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2, e cujo processo de fabricação observe os requisitos ambientais para obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, com produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

3.14. A manutenção corretiva será de segunda à sexta-feira, aos sábados, domingos e feriados durante 24 horas, conforme objeto deste Termo de Referência.

3.15. A manutenção corretiva deverá ser atendida imediatamente para casos de emergência. Em outra situação de manutenção corretiva, o atendimento deverá ser iniciado em prazo não superior a 2 (duas) horas a partir da solicitação do HUGV, garantindo o ininterrupto fornecimento.

3.16. A empresa contratada deverá fornecer uma linha de atendimento ao cliente para contato, imediatamente após a assinatura do contrato de fornecimento. Este telefone deverá atender aos chamados de manutenção corretiva de segunda à sexta-feira, aos sábados, domingos e feriados, durante 24 horas e quando for mudado deverá ser informado com no mínimo 48 horas de antecedência para o Setor de Farmácia e/ou Serviço de Manutenção do HUGV.

3.17. Juntamente com a instalação dos equipamentos a CONTRATADA deverá entregar cronograma detalhado das atividades de manutenção preventiva para aprovação do CONTRATANTE.

3.18. Devem ser realizadas visitas periódicas para a realização dos serviços de manutenção preventiva, conforme cronograma, onde a CONTRATADA deverá anotar em formulários próprios, em papel timbrado da empresa, a revisão efetuada na rede de distribuição de gases até os postos de utilização, nos tanques, painéis de alarme, excluindo-se os acessórios/equipamentos de gasoterapia. Também estão incluídas nesta revisão as válvulas de oxigênio, de ar medicinal e de vácuo da rede de distribuição.

3.19. Para qualquer tipo de intervenção seja para manutenção preventiva ou corretiva, a contratada deve garantir segurança e continuidade do fornecimento de gases medicinais.

3.20. Os critérios das Manutenções Preventivas e Corretivas das unidades dos tanques de armazenamento e dos cilindros das centrais de reserva dos gases medicinais devem seguir o estabelecido nas normas técnicas vigentes e nas prescrições do fabricante dos equipamentos, de forma a assegurar o fornecimento contínuo dos gases.

3.21. Os serviços de manutenção preventiva devem incluir, no mínimo, as seguintes atividades:

- a) verificar mensalmente, vazamento nas áreas do tanque e centrais de ar comprimido e oxigênio;
- b) verificar mensalmente, limpeza da área do tanque, dos reguladores de linha da rede, reguladores da central de reserva;
- c) verificar mensalmente, vazamento nas válvulas de indicação de nível (tanques);
- d) verificar mensalmente, bloco central (manifold), carga dos cilindros da central de reserva, chicotes, conexões, etc;
- e) executar semestralmente teste zero indicação de nível/manômetro;
- f) inspecionar semestralmente manômetro do tanque;
- g) verificar/substituir semestralmente os volantes das válvulas de enchimento e obturador da levantadora;
- h) verificar anualmente, as condições da válvula de alívio de pressão, da válvula de saída do produto para vaporizador, válvula de segurança do sistema de vaporização, válvula três vias, válvula de enchimento dos tanques;
- i) verificar/substituir anualmente, sede da válvula de alívio de pressão, sede do local de enchimento;
- j) verificar semestralmente aterramento do tanque.

3.22. As manutenções técnicas preventivas deverão ser efetuadas em data e horário previamente estabelecidos, de comum acordo, de modo que não interfiram nas atividades de funcionamento do HUGV.

3.23. As manutenções técnicas corretivas deverão ser iniciadas em prazo não superior a 2 (duas) horas, a partir da comunicação feita pelo CONTRATANTE, por escrito ou telefone, devendo ser anotado o dia, a hora e o nome da pessoa que recebeu a comunicação. Mantendo-se ininterruptos os fornecimentos.

3.24. A disponibilidade de serviço de manutenção corretiva de 24 horas não pressupõe a disponibilização de técnicos nas dependências do CONTRATANTE.

3.25. Na eventualidade de quebra ou manutenção técnica corretiva ou preventiva, não pode haver descontinuidade no fornecimento dos gases medicinais contratados. O fornecimento deverá ter o mesmo valor daquele fixado em contrato, independente da solução adotada pela CONTRATADA, sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

3.26. Durante as manutenções os técnicos da CONTRATADA deverão utilizar dispositivos que garantam a segurança total dos procedimentos e dos profissionais envolvidos, sendo de responsabilidade da CONTRATADA providenciar tais dispositivos.

3.27. Qualquer procedimento de manutenção, do tanque, da central de suprimento ou das baterias de reserva não poderá interromper o suprimento de gases do HUGV, desta forma a CONTRATADA deverá certificar-se das medidas necessárias para evitar interrupções.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Além da documentação necessária, conforme legislação vigente, Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF) e edital, a(s) LICITANTE(s) deverá(ão) apresentar a seguinte documentação complementar:

4.1.1. Atestado ou declaração de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da LICITANTE, que comprove que a empresa prestou ou vem prestando serviços pertinentes e compatíveis em natureza e quantidade com o objeto desta licitação;

4.1.2. Comprovação de que a LICITANTE possui Responsável Técnico, com formação na área afim, para prestar os serviços;

4.1.3. Apresentar o atestado de vistoria técnica realizada no complexo do HUGV, feito pela própria empresa, ou a DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA/VISTORIA;

4.1.3.1. Os interessados deverão agendar horário para visita técnica por meio do telefone (92) 3305-4849 no Setor de Farmácia Hospitalar do HUGV, onde será feita avaliação dos serviços a serem executados, conhecer o complexo hospitalar, bem como prestados esclarecimentos adicionais. Para participar da visita técnica, os responsáveis ou procuradores das empresas deverão apresentar contrato social que tenha seu objeto social condizente com o objetivo deste Termo de Referência.

4.1.3.2. Esta visita deverá ocorrer até 24 (vinte e quatro) horas antes da data agendada para abertura do pregão.

4.1.4. Comprovante de que a licitante cumpre e segue as normas de segurança e medicina do trabalho através de registro do SESMT (Serviços Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) na Delegacia Regional do Trabalho (DRT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), se for o caso, ou declaração de isenção do comprovante amparado pela legislação.

4.1.5. Comprovação de Regularidade da Empresa e dos Responsáveis Técnicos nos Conselhos Profissionais Competentes (CREA e CRF), dentro do prazo de validade (original ou cópia autenticada).

4.1.6. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

4.1.7. Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da apresentação de 2 (dois) atestados autenticados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado (original ou cópia autenticada);

4.1.8. Comprovação de Regularidade da Empresa e do Responsável Técnico no Conselho Profissional Competente, dentro do prazo de validade.

4.2. O HUGV se reserva o direito de solicitar formalmente ao licitante a apresentação de novas amostras, catálogos, prospectos, laudos analíticos e laboratoriais de qualquer item cotado, de qualquer empresa participante do processo, independente da ordem de classificação de preços, para aferir se os bens propostos atendem as especificações contidas no edital e seus anexos.

4.3. As amostras deverão ser encaminhadas à Unidade de Compras e Licitações, 7º andar do Hospital Getúlio Vargas, Rua Tomás de Vila Nova, 300 - Centro Manaus-AM, CEP: 69020-545, no horário de 09h00 às 11h30 e das 14h00 às 16h30.

4.4. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.5. As amostras, quando solicitadas, serão em caráter de doação. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, desmontados ou instalados pela equipe técnica responsável pela análise, bem como conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários.

4.6. Os pareceres técnicos elaborados a partir dos resultados das análises nas amostras, serão arquivados no HUGV e poderão subsidiar avaliações dos produtos em processos licitatórios futuros, desde que compatíveis com a situação presente à época, compondo o cadastro de materiais.

4.7. Nos casos de pareceres técnicos desfavoráveis à aceitação do material, estes poderão ser utilizados como instrumento para desclassificação do item.

4.7.1. Adesão à ata de Registro de Preços

4.7.2. Durante a vigência da ata, qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei n.º 13.303/2016 que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observado o Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (versão 3.0) e o Decreto nº 11.462/2023.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, em remessa parcelada, no seguinte endereço: Rua Tomás de Vila Nova, nº 300, Hospital Universitário Getúlio Vargas - Bairro Centro, CEP 69020-545 – Manaus – AM.

5.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 8 (oito) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. Por serem produtos para saúde em cujo há prazo de validade de esterilidade e validade para uso, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 01 ano.

5.6. Os equipamentos em regime de comodato deverão ser entregues e instalados a primeira solicitação de materiais de consumo. A entrega dos materiais de consumo deverá ocorrer de acordo com o cronograma de eventuais aquisições.

5.7. Os gases medicinais fornecidos devem ser armazenados nos tanques criogênicos ou cilindros transportáveis (quando aplicável), em conformidade com as prescrições da ABNT NBR 12.188:2016, bem como da Resolução – RDC/ANVISA n.º 50 de 2002, suas atualizações e NR n.º 13.

5.8. As instalações de suprimento por tanques criogênicos devem respeitar os padrões definidos na ABNT NBR 12188:2016, respeitada a composição de uma unidade de suprimento primário e uma unidade de suprimento reserva.

5.9. A empresa CONTRATADA responsabilizar-se-á pela entrega dos equipamentos e fornecimento dos serviços, os quais serão inspecionados no ato do recebimento dos produtos de acordo com a legislação vigente, conforme segue:

5.10. Condições de higiene do caminho e cuidados na descarga;

5.11. Condições de acondicionamento, aspecto externo dos tanques, tais como: danos na estrutura externa, tanques próprios para cada tipo de produto;

5.12. Todas as misturas deverão ter certificado técnico quando entregues.

5.13. A central de suprimento primário deve ter acoplada uma unidade central de reserva para emergências, a fim de garantir o fornecimento ininterrupto dos gases. No caso do oxigênio, a central de suprimentos reserva pode ser composta por bateria de cilindros reserva ou tanque criogênico. Quando houver falha de operação no suprimento primário, o acionamento deverá ser automático e imediato.

5.14. Os cilindros da central de reserva deverão estar dimensionados de forma a assegurar o fornecimento ininterrupto dos gases, apresentando capacidade de autonomia de no mínimo 10 (dez) horas.

5.15. Os cilindros das centrais de reserva devem seguir as especificações da ABNT NBR 12.176:2010 quanto às etiquetas, à rotulagem e às cores dos mesmos.

5.16. A etiqueta de colarinho deve estar colocada na parte superior do cilindro identificando: o nome do produto, as precauções e a classificação ONU do gás acondicionado, conforme a Resolução n.º 5947/2021 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e suas alterações. O rótulo de corpo do cilindro deve descrever as principais características do gás nele armazenado, os procedimentos de emergência e o potencial de risco.

5.17. As cores padronizadas para os cilindros locados são as seguintes:

5.17.1. Ar comprimido medicinal: ¼ verde e 3/7 cinza claro;

5.17.2. Nitrogênio: cinza claro;

5.17.3. Oxigênio Medicinal: verde;

5.17.4. Dióxido de carbono: prata.

5.18. Todos os gases transportados pela CONTRATADA devem estar adequadamente classificados, marcados e rotulados, conforme declaração emitida pela própria CONTRATADA, constante na documentação de transporte (a classificação, a marcação e a simbologia de risco e manuseio são definidas na Resolução n.º 5947/2021 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e suas alterações.

5.19. A marcação deve ser exibida em cada equipamento (tanque) transportado de forma visível e legível, colocada sobre um fundo de cor contrastante à da superfície externa do equipamento (tanque) e deve estar localizada distante de outras marcações existentes. Esta marcação é composta do nome apropriado do gás para embarque e do número ONU correspondente, precedido das letras “UN” ou “ONU”.

5.20. O rótulo de classe de risco do gás transportado deve estar afixado, de forma visível, em cada volume (tanque), próximo à marcação. Caso o volume tenha dimensões tão pequenas que os rótulos não possam ser satisfatoriamente afixados, eles podem ser colocados por meio de uma etiqueta aplicada ao volume. Cada rótulo deve ter o símbolo de identificação do risco, o número da classe ou subclasse e grupo de compatibilidade e quando aplicável o texto indicativo da natureza do risco. Além dos riscos aplicáveis à substância, o rótulo deve conter também, os símbolos de manuseio do volume.

5.21. Rótulos de risco devem estar também afixados à superfície exterior das unidades de transporte e de carga.

5.22. O transporte de equipamentos e dos gases deverá ser realizado pela CONTRATADA em caminhões especiais, seguindo o estabelecido no Decreto Lei n.º 96.044 de 18/05/1988, do Ministério dos Transportes e na Resolução n.º 5947/2021 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e suas alterações.

5.23. Os equipamentos (cilindros e tanques) cedidos em comodato somente serão considerados entregues após a instalação e realização de testes necessários para o perfeito funcionamento dos equipamentos.

5.24. A CONTRATADA deve atender a todas as medidas de segurança aplicáveis à instalação dos equipamentos, bem como quanto à localização e condições do ambiente da instalação de tais equipamentos, em conformidade com a Resolução – RDC/ANVISA n.º 50 de 2002 e suas atualizações, e ABNT NBR 12188:2016.

5.25. Os profissionais envolvidos na instalação devem ser devidamente qualificados, estando subordinados a um Responsável Técnico da CONTRATADA, devidamente registrado no CREA-AM.

5.26. Todos os equipamentos e ferramentas necessários à instalação dos equipamentos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA e a instalação deverá ser realizada pela mesma por meio de profissionais técnicos qualificados.

5.27. O transporte dos cilindros deve ser realizado em veículos de maneira que não possam se deslocar, cair ou tombar.

5.28. Os cilindros contendo produtos de natureza diferentes devem ser separados segundo os respectivos símbolos de risco. Durante as operações de descarregamento, os volumes devem ser manuseados com o máximo cuidado pertinente à atividade realizada.

5.29. Ao instalar os equipamentos a CONTRATADA deverá entregar a CONTRATANTE toda a documentação técnica e de segurança e fornecer orientação quanto às regras de guarda e exibição desses documentos.

5.30. Todo o procedimento de instalação será acompanhado pela equipe do CONTRATANTE, sendo emitido, ao final dos serviços, relatório dos serviços realizados, em conformidade com a ABNT NBR 12188:2016 e demais legislações aplicáveis.

5.31. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 01 (um) dia, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.32. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.33. No momento anterior ao abastecimento do tanque criogênico o representante da CONTRATANTE deve efetuar a verificação do manômetro e do medidor de nível do tanque, e anotar a leitura em planilha de controle específica. A mesma verificação e anotação devem ser realizadas após o abastecimento do tanque, obtendo-se assim, por diferença de volume, a quantidade de gás abastecida.

5.34. **SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.35. Comete infração administrativa a Contratada que:

- a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo; e
- e) cometer fraude fiscal.

5.36. Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, nos termos do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (versão 3.0):

5.36.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

5.36.1.1. Advertência, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;

5.36.1.2. Multa:

- a) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
- b) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- c) em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida.

5.36.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Rede Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:

- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) não mantiver a proposta;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

5.36.2. As sanções previstas nos subitens 5.36.1.1. e 5.36.1.3 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa.

5.36.3. Eventuais multas aplicadas podem ser descontadas de pagamentos a serem efetuados ou compensados em eventuais créditos disponíveis em outros contratos firmados pela Contratada, bem como da garantia contratual, se exigida.

5.36.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no Regulamento de Compras e Contratos - RCC 3.0

5.36.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

5.36.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos decorrentes das ARP consistem na verificação da conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (versão 3.0).

6.2. Nos termos do art. 210, do RCC 3.0, será designada Equipe de Fiscalização do Contrato - EFC com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

6.3. A EFC e a empresa a ser contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.

6.4. A verificação da adequação da entrega dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

6.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

6.6. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no

6.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

6.8. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.9. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

6.10. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos materiais.

6.11. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

6.12. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

6.13. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

6.14. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de equipe/empregado especialmente designado.

6.15. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital.

6.16. A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução dos contratos decorrentes da licitação em tela, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6.17. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

6.18. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.19. Fornecer em regime de comodato, os itens da tabela do subitem 1.1.2;

6.20. Oferecer treinamento ao pessoal da CONTRATANTE sobre a operação / funcionamento dos tanques, centrais de cilindros e movimentação de cilindros no ambiente hospitalar, bem como os procedimentos básicos de segurança e o correto manuseio dos equipamentos.

6.21. Entregar cronograma detalhado das atividades de manutenção preventiva para aprovação da CONTRATANTE.

6.22. Atender imediatamente a solicitação de manutenção corretiva para casos de emergência. Em outra situação de manutenção corretiva, o atendimento deverá ser iniciado em prazo não superior a 02 (duas) horas a partir da solicitação do HUGV, garantindo o ininterrupto fornecimento.

6.23. Fornecer os números dos telefones para atendimento das demandas da CONTRATANTE, visando atender os chamados de manutenção corretiva e emergências durante 24 horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive sábados, domingos e feriados. Quaisquer mudanças no número dos telefones, a CONTRATADA deverá informar ao **Serviço de Infraestrutura Física** do HUGV, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

6.24. A disponibilidade de serviço de manutenção corretiva de 24 (vinte e quatro) horas não pressupõe a disponibilização de técnicos nas dependências da CONTRATANTE.

6.25. Realizar visitas periódicas para execução dos serviços de manutenção preventiva, conforme cronograma, onde a CONTRATADA deverá anotar em formulários próprios, em papel timbrado da empresa, a revisão efetuada nos tanques, painéis de alarme, excluindo-se os acessórios/equipamentos de gasoterapia. Também estão incluídas nesta revisão as válvulas de oxigênio, de ar medicinal e de vácuo de rede de distribuição.

6.26. Garantir a segurança e continuidade do fornecimento de gases medicinais.

6.27. Seguir os critérios das manutenções preventivas e corretivas das unidades dos tanques de armazenamento e dos cilindros das centrais de reserva dos gases medicinais estabelecidos nas normas técnicas vigentes e nas prescrições do fabricante dos equipamentos, de forma a assegurar o fornecimento contínuo dos gases.

6.28. Efetuar as manutenções preventivas em data e horário previamente estabelecidos, de comum acordo, de modo que não interfiram nas atividades de funcionamento do HUGV.

6.29. Na eventualidade de quebra ou manutenção técnica corretiva ou preventiva, não pode haver descontinuidade no fornecimento dos gases medicinais contratados. O fornecimento deverá ter o mesmo valor daquele fixado em contrato, independente da solução adotada pela CONTRATADA, sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

6.30. Qualquer procedimento de manutenção do tanque, da central de suprimento ou das baterias de reserva não poderá interromper o suprimento de gases do HUGV, desta forma a CONTRATADA deverá certificar-se das medidas necessárias para evitar interrupções.

6.31. Caso haja necessidade de substituição de peças, estas deverão ser fornecidas pela empresa CONTRATADA.

6.32. Manter os equipamentos no HUGV enquanto vigor o contrato.

6.33. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.34. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

- 6.35. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.36. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.37. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.38. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.39. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 6.40. Responsabilizar-se pelo transporte dos Gases Medicinais em veículos apropriados para transporte de cargas perigosas, seguindo a regulamentação vigente no Brasil (Decreto Lei nº 96.044 de 18/05/1988 do Ministério dos Transportes e Resolução nº 5947/2021 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, e suas alterações).
- 6.41. Responsabilizar-se pelo transporte, carga e descarga dos cilindros no local da prestação dos serviços, devendo os mesmos serem transportados na posição vertical, em carrocerias de ferro e em veículos que contenham elevadores, de maneira adequada a garantir a segurança do transporte e do descarregamento.
- 6.42. Portar e apresentar a documentação exigida para transporte de cargas perigosas contendo:
- 6.43. Documento de transporte ou manifesto de carga, relatando para cada substância e artigo objeto do transporte, o nome apropriado para embarque, a classe ou a subclasse do produto, o número ONU, precedido das letras “UN” ou “ONU” e o grupo de embalagem da substância ou artigo e a quantidade total por produto perigoso abrangido pela descrição.
- 6.44. Declaração do expedidor, que acompanhe ou componha o documento de transporte para produtos perigosos, sendo emitido pelo expedidor, declarando que o produto está adequadamente acondicionado para suportar os riscos normais de carregamento, descarregamento, transbordo e transporte e que atende à regulamentação em vigor.
- 6.45. Certificado de capacitação do veículo e dos equipamentos, expedido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) ou por entidade por ele credenciada.
- 6.46. Documento comprobatório da qualificação do motorista, previsto em legislação de trânsito de que recebeu treinamento específico para transportar produtos perigosos.
- 6.47. Apresentar ficha de emergência, para o caso de qualquer acidente ou incidentes, contendo instruções fornecidas pelo expedidor conforme informações recebidas do fabricante ou importador do produto transportado, que explicitem de forma concisa:
- 6.48. A natureza do risco apresentado pelos produtos perigosos transportados, bem como as medidas de emergência.
- 6.49. As disposições aplicáveis, caso uma pessoa entre em contato com os produtos transportados ou com substâncias que possam desprender-se deles;
- 6.50. As medidas que se devem tomar no caso de ruptura ou deterioração de embalagens ou tanques, ou em caso de vazamento ou derramamento de produtos perigosos transportados.
- 6.51. No caso de vazamento ou no impedimento do veículo prosseguir viagem, as medidas necessárias para a realização do transbordo da carga ou, quando for o caso, restrições de manuseio do produto.
- 6.52. Números de telefones de emergência do corpo de bombeiros, polícia, defesa civil e órgão de meio ambiente ao longo do itinerário.
- 6.53. Efetuar a aferição e a calibração de equipamentos tais como válvulas de segurança e alívio, indicadores de nível, manômetros e reguladores, conforme legislação vigente.
- 6.54. Fornecer o laudo de calibração para o Hospital Universitário Getúlio Vargas dos instrumentos de medição que vêm instalados nos equipamentos ou tanques em comodatos. Também deve fornecer estes laudos, quando os mesmos forem calibrados periodicamente ou tenham passados por manutenção corretiva.
- 6.55. Fornecer laudo do tanque de oxigênio, conforme NR nº 13.
- 6.56. Fornecer tabela assinada por responsável da empresa, relacionada à leitura do manômetro diferencial (expressa em pol. de H₂O ou unidade equivalente) com a quantidade de gás contida em m³ em condição “standard” de temperatura e pressão (CSTP), isto é 21°C e 760mmHg.
- 6.57. Para permitir a verificação desta tabela, a CONTRATADA deverá apresentar declaração informando os dados do diâmetro interno do tanque utilizado, devidamente atestada pelo engenheiro responsável técnico.
- 6.58. Será de responsabilidade da CONTRATADA fazer os testes de funcionalidade do sistema trimestralmente, de acordo com a ABNT NBR 12188:2016, para a verificação das centrais reservas. Também deverão ser revisados, na mesma periodicidade os painéis de alarme. Para estes testes, caso haja consumo de bateria de reserva, este ônus será de responsabilidade total da CONTRATADA.
- 6.59. Dispor de pessoal operacional qualificado para os serviços de transporte, carga, descarga e abastecimento, devendo os mesmos estarem devidamente uniformizados e identificados por crachá.
- 6.60. Dispor de pessoal técnico qualificado para os serviços de instalação e manutenção dos equipamentos locados, e eventuais equipamentos/materiais suplementares, até os postos de utilização, excluindo-se acessórios/equipamentos de gasoterapia, devendo os mesmos estarem devidamente uniformizados e identificados por crachá.
- 6.61. Manter Responsável Técnico pela instalação e manutenção dos sistemas de armazenamento e pela distribuição dos gases medicinais, legalmente habilitado pelo Conselho de Classe competente.
- 6.62. Executar as intervenções técnicas por meio de técnicos especializados, instruídos e controlados pela empresa CONTRATADA e as grandes intervenções na presença do respectivo responsável técnico.
- 6.63. Responsabilizar-se pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos gases, bem como durante a realização dos serviços de manutenção do (s) tanque (s) e dos cilindros.
- 6.64. Responsabilizar-se pelo cumprimento por parte de sua mão-de-obra das normas disciplinares e de segurança determinados pela CONTRATANTE, provendo-os dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) que garantam a proteção de pele, mucosas, vias respiratória e digestiva do trabalhador.
- 6.65. Durante as manutenções, os técnicos da CONTRATADA deverão utilizar dispositivos que garantam a segurança total dos procedimentos e dos profissionais envolvidos, sendo de responsabilidade da CONTRATADA providenciar tais dispositivos.
- 6.66. Instruir sua mão-de-obra quanto à prevenção de incêndios de acordo com as normas vigentes e instituídas pela CIPA.
- 6.67. Responder por danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pelo CONTRATANTE.
- 6.68. Não permitir trabalho de menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto em condições de aprendiz para menores de quatorze anos, tampouco permitir que o menor de 18 (dezoito) anos execute trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 6.69. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração.
- 6.70. Realizar o cancelamento das Notas Fiscais junto ao respectivo ente tributante quando emitidas e não atestadas;
- 6.71. **Em relação à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), deve cumprir o seguinte:**
- 6.72.
- 6.72.1. adotar medidas para adequação de suas operações ao cumprimento das legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis e das orientações emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como seguir as instruções fornecidas pela Ebserh, inclusive as fixadas na sua Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normas e orientações da Ebserh;
- 6.72.2. assegurar que esse tratamento será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- 6.72.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar;

- 6.72.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- 6.72.5. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos de qualquer natureza sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 6.72.6. apresentar todos os dados e as informações solicitados pela Contratante em relação ao tratamento de dados pessoais e/ou adotar as providências indicadas;
- 6.72.7. permitir e contribuir, sempre que necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela Contratante ou por ela designadas;
- 6.72.8. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da Contratante e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- 6.72.9. comunicar à Contratante, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no §1º do art. 48 da LGPD;
- 6.72.10. reparar os danos patrimonial, moral, individual e/ou coletivo causados a outrem pelo tratamento de dados pessoais, quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados, quando não tiver seguido as instruções lícitas da Contratante e/ou quando não adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD;
- 6.72.11. encerrado o tratamento de dados pessoais pelas partes, nos termos do art. 15 da LGPD, eliminá-los, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 6.73. **GARANTIA DO PRODUTO**
- 6.74. Garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido neste Termo de Referência ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.
- 6.75. **GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)**
- 6.76. Não haverá exigência de garantia contratual da execução em razão do caráter de pronta entrega e pagamento da contratação em tela.
- 6.77. **CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES**
- 6.78. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 6.79. Os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após o interregno mínimo de um ano da data limite para apresentação da proposta.
- 6.80. Deverá haver consulta formal à CONTRATADA quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.
- 6.81. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.
- 6.82. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 6.83. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.84. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.85. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.86. O reajuste será realizado por apostilamento.
7. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**
- 7.1. O pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo, e de acordo com a modalidade de empenho realizada, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, devendo o documento fiscal estar devidamente atestado.
- 7.2. Havendo erro na apresentação do documento fiscal que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 7.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.4. Antes do pagamento, o Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, anexando os resultados ao processo de pagamento. Serão efetuadas as seguintes consultas:
- 7.4.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);
- 7.4.2. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN);
- 7.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA);
- 7.4.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);
- 7.4.5. Certidão Negativa de Inidôneos do Tribunal de Contas da União;
- 7.4.6. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).
- 7.5. Constatando-se, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência ou situação de irregularidade, a Contratante notificará a Contratada para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.
- 7.5.1. Na hipótese de obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, caso a autoridade competente não acate a justificativa apresentada em defesa, será realizada a compensação entre o crédito e o débito, nos termos do art. 368 do Código Civil, efetuando-se o pagamento do resultado, se houver.
- 7.5.2. Persistindo irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias ao cancelamento do registro de preços da Contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 7.5.3. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pelo cancelamento do registro de preços, caso o contratado não regularize sua situação.
- 7.5.4. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima da Contratante, não será cancelado o registro da Contratada em situação de irregularidade.
- 7.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 7.6.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento sem retenção ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, ou informação em documento fiscal de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 7.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (X/100)/365$$

X = Taxa percentual anual

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

8. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

8.1. O procedimento de aquisição será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com o Inciso IV, art. 6º, do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (versão 3.0).

8.2. Os itens objeto do presente registro de preços caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

9. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

9.1. Critério de julgamento:

9.1.1. O critério de julgamento será o de menor preço unitário, nos termos do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (versão 3.0).

9.2. Modo de disputa:

9.2.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto, e ampla participação.

9.3. Intervalo entre lances:

9.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,75%.

9.4. Condições de participação:

9.4.1. Para participação neste Pregão deverão ser observados:

- as previsões constantes no art. 69 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (versão 3.0), que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserh;
- a Política de Transações com partes relacionadas da Ebserh atualizada que está disponível em <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;
- o atendimento por parte do licitante ao art. 7º, XXXIII da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), que prevê "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos";
- a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 9º da [Instrução Normativa nº 03](#), de 2018;
- o previsto no art. 6º, inciso VII, do RCC 3.0:

Art. 6º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:

(...)

VII - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserh, que guardem pertinência com o objeto da contratação.

9.5. Condições de habilitação:

9.5.1. Deverão ser observados os requisitos de habilitação definidos no art. 65 do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh (versão 3.0), bem como os definidos no Edital, tais como:

9.5.1.1. Habilitação jurídica:

9.5.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5.1.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.5.1.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.1.1.4. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.5.1.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.5.1.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

9.5.1.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.5.1.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

9.5.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.5.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.5.1.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.5.1.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.5.1.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.5.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

- 9.5.1.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**
- 9.5.1.3.1. De acordo com o previsto no Edital.
- 9.6. **DOS CRITÉRIOS PARA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA**
- 9.7. Na Proposta de Preço deve, obrigatoriamente, constar:
- Razão Social da Empresa;
 - número do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - endereço;
 - telefone e fax;
 - código, nome do banco e agência, número da conta corrente e nome da praça de pagamento;
 - nome do responsável pela licitação com número do Registro Geral (RG) e número do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).
- 9.8. A Proposta de Preço deve, obrigatoriamente, estar acompanhada da especificação completa do produto a ser fornecido, de forma clara e inequívoca e fazer constar ainda:
- nome comercial;
 - nome do fabricante;
 - origem do produto (local de produção);
 - prazo de validade da proposta de 12 (doze) meses;
 - prazo de validade do produto, de, no mínimo, 12 (doze) meses, contados a partir da data da entrega.
- 9.9. **A licitante deverá apresentar Planilha Descritiva dos Serviços/equipamentos e Formação de preços, devidamente preenchida.**
- 9.10. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Termo.
- 9.11. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações contidas na Planilha de Custos e Formação de Preços não poderão, em nenhuma hipótese, constituir pretexto para a CONTRATADA cobrar extras e/ou alterar a composição de seus preços unitários.
- 9.12. Na proposta de preços dos licitantes deverá estar incluída todas as despesas com mão de obra, materiais, produtos químicos, uso de equipamentos específicos ou gerais, além de todas as demais despesas inerentes à prestação do serviço objeto deste Termo de Referência.
10. **ESTIMATIVA DE PREÇOS**
- 10.1. Destacando-se que o valor estimado para cada item da pretensa contratação será sigiloso conforme disposto no art. 30, do Regulamento de Compras e Contratos da Ebserh 3.0.
11. **DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**
- 11.1. São critérios de sustentabilidade adotados neste processo e que devem ser observados pela Contratada, quando couber, aqueles previstos na IN nº 01/2010, SLTI/MPOG, bem como o que consta no art. 256 a 261, do RCC 3.0.
12. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 12.1. Por se tratar de licitação que será processada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, a indicação da dotação orçamentária ocorrerá somente no momento da formalização do contrato ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 17 do Decreto n.º 11.462/2023.
13. **SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS**
- 13.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
- 13.2. Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio para aumentar a competitividade e possibilitar que empresas que isoladamente não teriam condições de disputar, possam participar do processo licitatório.
- 13.2.1. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:
- 13.2.2. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 13.2.3. indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserh;
- 13.2.4. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado
- 13.2.5. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira.
- 13.2.6. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;
- 13.2.7. constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato;
- 13.2.8. no caso de substituição de consorciado, deverá ser expressamente autorizada pela Ebserh e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.
14. **ALTERAÇÃO SUBJETIVA**
- 14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.
15. **MATRIZ DE RISCOS**
- 15.1. A presente contratação não prevê Matriz de Riscos.
16. **ENCAMINHAMENTOS FINAIS**

Equipe de Planejamento da Contratação Emergencial: Portaria - SEI 47 (59638914), de 06 de abril de 2026 (59638914).

(Assinado eletronicamente)
Vivian do Nascimento Pereira
Coordenador(a) da EPC

(Assinado eletronicamente)
Reinan Brotas Ferreira
Integrante Demandante da EPC

(Assinado eletronicamente)
Rodrigo Icles Rabelo
Integrante Demandante da EPC

(Assinado eletronicamente)
Rodrigo Leal Viana
Integrante Demandante da EPC

- 16.1. De acordo.
- 16.2. Encaminhe-se à Gerência Administrativa para apreciação.

(assinado eletronicamente)
Vivian do Nascimento Pereira
Chefe da área demandante

- 16.3. De acordo.
- 16.4. A contratação emergencial em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.
- 16.5. Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.
- 16.6. Encaminhe-se à área de licitações para cadastro de Dispensa de Licitação Emergencial.

(assinado eletronicamente)
Luiz André Mourão
Gerente Administrativo

17. **ANEXOS**

ANEXO I - PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Nome da Empresa:
CNPJ:
Endereço:
Responsável pela proposta:
Telefone/Fax:
Email:
Outras informações:

OBJETO: escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material de consumo (**gases medicinais**) com fornecimento ininterrupto através de equipamento em regime de comodato, incluindo a instalação, manutenção corretiva e preventiva com reposição de peças do equipamento cedido em comodato e eventual troca do equipamento, para atender as necessidades do Hospital Universitário Getúlio Vargas (HUGV) e Ambulatório Araújo Lima (AAL), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, mediante Registro de Preços com validade de 12 (doze) meses, de acordo com Estudo Técnico Preliminar (ETP) realizado pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC).

ESTIMATIVA DO CONSUMO ANUAL DE GASES MEDICINAIS

Item	CATMAT	Descritivo EBSEH	Apresentação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	216980	Oxigênio medicinal criogênico	Tanque criogênico/M ³	130.000 m ³		
02	216980	Oxigênio medicinal gasoso	Cilindros de 7,0 a 10,0m ³	3.900 m ³		
03	429470	Nitrogênio gás com 99,8% de pureza	Cilindros com capacidade de 9m ³	1.728 m ³		
04	376255	Nitrogênio líquido com 99,5% de pureza	Cilindro de 14m ³	280 m ³		
05	216980	Oxigênio medicinal gasoso para transferência de pacientes	Cilindros de 1,00 a 4,00m ³	650 m ³		
06	366166	Dióxido de carbono medicinal	Cilindros de 2,0 a 35,0kg	1.274 Kg		

PRAZO DE ENTREGA:
BANCO / AGÊNCIA / CONTA CORRENTE:
VALIDADE DA PROPOSTA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
ASSINATURA:
DATA:

ATENÇÃO!

- Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no edital e no Compras.gov, prevalecerá o descritivo constante neste Termo de Referência.
- Esta planilha é simplesmente um modelo para demonstração da proposta de preços.



Documento assinado eletronicamente por **Reinan Brotas Ferreira, Farmacêutico(a)**, em 14/04/2026, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Icles Rabelo, Chefe de Divisão, Substituto(a)**, em 17/04/2026, às 08:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Andre Mourao, Gerente**, em 17/04/2026, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Leal Viana, Engenheiro(a) Mecânico(a)**, em 23/04/2026, às 08:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vivian do Nascimento Pereira, Chefe de Setor**, em 23/04/2026, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **59869144** e o código CRC **1C737DCB**.

Referência: Processo nº 23531.000111/2026-61 SEI nº 59869144